

LEVANTAMENTO E CATALOGAÇÃO DE FONTES PRIMÁRIAS E SECUNDÁRIAS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA¹

Maria da Graça Sais Borges Schumacher²
Solange Aparecida Zotti³
Universidade do Contestado – UnC/UNICAMP

RESUMO:

A preservação das fontes históricas é de extremo interesse da sociedade, uma vez que constrói meios de democratizar o acesso a estas, permitindo a sistematização do conhecimento histórico. Esta pesquisa, desenvolvida com bolsa de iniciação científica do Fundo de Apoio à Pesquisa – FAP da Universidade do Contestado – SC, objetivou levantar e catalogar as fontes primárias da Escola de Educação Básica Professor Mansueto Boff, do município de Concórdia – SC. Foi realizado um diagnóstico da situação do arquivo escolar e, a partir dele, foi reorganizado o espaço, a disposição e a localização dos documentos. Após essa primeira etapa os documentos foram catalogados em fichas especiais para a organização de um banco informatizado. Este levantamento e catalogação das fontes é fundamental para a seqüência do trabalho de sistematização e discussão das fontes para uma compreensão da história desta instituição escolar, bem como da história da educação no município de Concórdia. Sendo assim, o presente trabalho apresenta a realidade em que foi encontrado o arquivo, a metodologia adotada para a sua organização, o resultado em termos de quantidade e tipos de fontes documentais e as possibilidades identificadas a partir dos documentos para a sistematização da história da instituição.

Palavras-chave: arquivo escolar, documentos, história.

KNOWLEDGE AND ORGANIZATION OF PRIMARY SOURCES THE HISTORY OF EDUCATION IN CONCORDIA CITY-SC

ABSTRACT:

The preservation of historical sources is very interesting to the society, because it constructs means of democratization of access to those; it also allows the systematization of historical knowledge. This research was developed with scientific beginning scholarship of Funds of Research Support – FRS of Contestado University – SC, the purpose was to know and to organize the primary sources of Professor Mansueto Boff Basic Education School, of Concordia city – SC. It was realized a diagnosis of situation of scholar file and, from that, we reorganized the space, the disposition and a localization of documents. After this first step the documents were organized in special card to organization of an informed database. This knowledge and organization of sources is fundamental to next work of systematization and discussion of sources to a comprehension of scholar institution history, as well as the history of education in Concordia city. So, this work presents a reality that was found the file, the methodology used to its organization, the results in relation to quantity and kinds of documental sources and the possibilities identified, from the documents, to systematization of institution history.

Key-words: scholar file, documents, history

1. INTRODUÇÃO

(...) o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores (LE GOFF, 1994, p. 535).

No Brasil, os estudos sobre instituições escolares desenvolveram-se a partir dos anos de 1990, em função da abertura política e da consciência da necessidade de pesquisas sobre educação. Segundo Nosella e Buffa (2005, p.365), o pesquisador passa a “estabelecer a conexão objetiva entre as particularidades da escola e da sociedade, a partir do levantamento e da análise de qualquer dado empírico (documentos, fotografias, plantas, cadernos, livros didáticos etc.)”, bem como através da “análise das trajetórias dos alunos, ex-alunos e docentes, bem como a análise dos conteúdos utilizados na instituição estudada”.

Atualmente muitos são os grupos de pesquisa que desenvolvem trabalhos de levantamento e catalogação de fontes em instituições escolares. Este projeto vem sendo desenvolvido, em nível nacional, pelo grupo de pesquisa “História, Sociedade e Educação no Brasil - HISTEDBR”, sediado na Faculdade de Educação da UNICAMP. O projeto foi criado em 1991, sob a orientação geral dos professores Dermeval Saviani e de José Claudinei Lombardi. Vários Grupos de Trabalho (GT), vinculados ao HISTEDBR, desenvolvem o projeto. Entre eles está o GT dos Campos Gerais sediado na Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG; o GT de Pelotas – RS na Universidade Federal de Pelotas – UFPEL; o GT Palmas das Faculdades Integradas Católica de Palmas – FACIPAL. Dentre as linhas de pesquisa do grupo está a linha “História das instituições escolares”, pois muitos dos espaços pesquisados, em todo o Brasil, são as escolas públicas. Este tipo de pesquisa hoje se justifica frente à necessidade da

[...] produção de uma história da escola pública no Brasil [que] se reveste de especificidade própria, marcada pelas dimensões do país e pela diversidade de tempos, espaços e ritmos com que se manifestou o processo de implantação das escolas públicas nas diferentes regiões, estados e municípios. Com efeito, para se compreender o fenômeno da escola pública no Brasil de modo consistente, aprendendo-se suas múltiplas particularidades e o modo como se articulam formando uma totalidade dinâmica e contraditória é *mister* desenvolver uma investigação sistemática que permita, progressivamente, a reconstrução no plano do conhecimento, das características que se manifestam no desenvolvimento histórico desse objeto: a escola pública brasileira (SAVIANI, 2005, p.15).

Também, em Santa Catarina, estas pesquisas são recentes e, no município de Concórdia, bem como na região, é muitíssimo precária a sistematização da história da educação. Por isso, a pesquisa cumpre uma das funções centrais do historiador, ou seja, localizar, organizar e preservar as fontes que permitam a reconstrução da história, seja no âmbito geral ou, como é o caso, no âmbito da história da educação.

Nesse sentido é que se insere a presente pesquisa, que objetivou levantar e catalogar documentos, fontes primárias, da Escola de Educação Básica Professor Mansueto Boff, no município de Concórdia – SC. Esta cidade localiza-se na região Oeste do estado de Santa Catarina, distante 510 km da capital Florianópolis, sendo de economia essencialmente agrária, com indústria de alimentos. Segundo o censo de 2003, o município contava

aproximadamente com 63.058 habitantes. O Índice de Desenvolvimento Social (IDS), comparado aos 293 municípios do estado, classificava-se em 12°. O Índice de Desenvolvimento Humano municipal – IDH comparado aos 5507 municípios do Brasil encontrava-se em 32° lugar e em relação aos 293 municípios do estado de Santa Catarina está na 13° posição. Destacamos também que o número de estudantes era de 24.265.

Para que pesquisas sobre a história da educação no município sejam realizadas é condição primeira o conhecimento das fontes disponíveis. Por isso, é de fundamental importância a execução de projetos que busquem levantar e catalogar as fontes primárias, pois estas possibilitam sistematizar, analisar e compreender a história que ainda não recebeu o devido tratamento científico. A disponibilização dos documentos da escola, de forma organizada, facilitará o acesso aos pesquisadores para a produção de pesquisas em diversos campos, especialmente na área da história da educação.

A Escola de Educação Básica Professor Mansueto Boff, atualmente, pertence a rede estadual de ensino. A mesma manifestou interesse em reconstruir sua história, em função de trabalhos já realizados e, especialmente, por estar completando, em 2008, cinquenta anos.

A escola surge a partir do Asilo São Cristóvão, fundado em 1958, que recolhia menores. Por intermédio de convênio firmado com a Prefeitura Municipal, passou a chamar-se Escola Municipal São Cristóvão, atendendo de 1ª a 4ª série, em 1960. Com 55 alunos, em 1962, a escola passou a pertencer a rede estadual. Foi autorizado funcionamento gradativo de 5ª a 8ª série, em 1986, passando a chamar-se Escola Básica Professor Mansueto Boff. Em 1998 foi autorizado o funcionamento do ensino médio. Atualmente a escola atende alunos de aproximadamente 37 comunidades do interior de Concórdia, na sede, situada no Bairro São Cristóvão, e nas extensões das localidades de Planalto e Barra do Tigre. Nestes quase 50 anos, são inúmeras as transformações que a escola sofreu, em todos os sentidos, tanto em nível administrativo, pedagógico, como de mudanças no espaço físico.

A presente pesquisa está vinculada ao grupo de Pesquisa “História, Sociedade e Educação – HISED”, através da linha “História da Educação: políticas e organização escolar”. Esta linha tem por objetivo pesquisar problemas e temas da história da educação brasileira, bem como estudos que tenham como foco o recorte regional, articulados aos aspectos econômicos, sociais e políticos mais amplos da sociedade, com os métodos e teorias próprios e característicos da História.

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de um levantamento de referências analítico-críticas sobre os conceitos de arquivo e documentos, a legislação que protege e normatiza a organização e preservação de arquivos, a importância do levantamento e catalogação de fontes primárias para a construção do conhecimento histórico. A pesquisa documental foi realizada no arquivo da escola, em que foram organizados e catalogados os documentos para a produção, no futuro, de um banco de dados informatizado. O artigo está organizado em duas partes. Na primeira, abordamos o tema arquivos escolares e a preservação dos documentos; na segunda, relatamos o trabalho realizado no arquivo da Escola de Educação Básica Professor Mansueto Boff.

1 Os arquivos escolares e a preservação dos documentos

O conhecimento científico diferencia-se do senso comum, porque é racional e sistemático, a fim de revelar aspectos da realidade. É certo na medida em que explica os motivos de sua certeza. É reflexivo, sistemático, analítico e lógico (DALAROSA,²⁴⁵

1999). Sua produção se faz por meio da pesquisa, que utiliza os mais variados métodos e técnicas para a obtenção de seus propósitos. No campo do conhecimento histórico, ao pesquisador cabe o levantamento das fontes primárias (pesquisa documental) e das fontes secundárias (pesquisa bibliográfica), como primeiro passo de qualquer trabalho científico.

A pesquisa documental “consiste na coleta, classificação, seleção difusa e na utilização de toda espécie de informações, compreendendo também as técnicas e métodos que facilitam a sua busca e a sua identificação” (FACHIN, 2001, p. 152). A fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, que constituem o que se denomina de fontes primárias. Sendo assim, este tipo de pesquisa pressupõe o exame e reexame de materiais que ainda não receberam qualquer tratamento analítico, sob a forma de textos, imagens, sons, pintura, gravações, documentos oficiais, leis, relatórios, atas, ofícios, escrituras, testamentos, atestados de nascimento, casamento e óbito, entre outros. Como destaca Lima (2004, p. 113) “uma das características que singulariza a pesquisa documental é a diversidade e a dispersão das fontes de consulta que é capaz de reunir”. Nesse caso, o arquivo é o espaço onde os documentos são localizados.

Os arquivos se constituem em conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos (MEDEIROS, 2003, p.1).

Podemos perceber que a conceituação de arquivo é abrangente, pois vai além do campo oficial e toma espaços do cotidiano. Sendo assim, os arquivos podem ser públicos ou privados. Os arquivos públicos podem ser municipais, estaduais e nacionais. Os arquivos particulares “são aqueles conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de suas atividades” (MEDEIROS, 2003, p. 3).

No caso dos arquivos escolares estes também podem ser públicos ou privados. “Porém, naquilo que se refere às atribuições de caráter público das escolas particulares, seus arquivos escolares serão dotados de interesse público e assim protegidos por lei” (MEDEIROS, 2003, p.4). No caso da pesquisa aqui desenvolvida, estamos atuando em um arquivo escolar público.

Na maioria das vezes, ao se tratar de escolas, os arquivos não podem ser entendidos como um espaço físico determinado, mas como o conjunto de documentos que a escola produz, recebe e acumula ao longo de sua existência. Portanto, envolve em seu conceito documentos produzidos e documentos recebidos de instituições de caráter público, de entidades privadas e de pessoa física, podendo ser variados os suportes da informação ou natureza do documento (papel, filme, documento privado, documento público, etc) (MEDEIROS, 2003).

Nas escolas, de modo geral, os documentos são subdivididos em documentos correntes, intermediários e de valor permanente:

O conjunto de documentos que estão em curso ou que, mesmo sem movimentação, constituem objeto de consultas freqüentes, são documentos correntes. Intermediários são aqueles que, não sendo de uso corrente nos órgãos produtores, por razões de interesse administrativo, aguardam a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente. Finalmente, os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados são documentos permanentes. [...] Um regimento interno de uma escola, enquanto estiver em vigor, será documento corrente, pois será consultado 246

freqüentemente. Documentos escolares de alunos que concluíram primeiro ou segundo graus, durante algum tempo serão documentos intermediários, pois poderão ser consultados para informações. Históricos Escolares de alunos, após algum tempo como documentos intermediários serão preservados de forma permanente em razão do valor histórico, probatório e informativo (MEDEIROS, 2003, p. 5).

Esta mesma classificação legal é normatizada no estado de Santa Catarina através da Instrução Normativa n. 01/2006/SEA que “orienta quanto aos procedimentos relativos a destinação da documentação oficial recebida e produzida pela Administração Direta, Autarquias e Fundações, visando a preservação do patrimônio documental e garantindo a recuperação e o acesso as informações” (SANTA CATARINA, 2006, p. 1). Esta Instrução Normativa busca orientar o trabalho arquivístico, conceituar documento e arquivos, conforme segue:

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, órgão normativo do Sistema Administrativo de Gestão Documental, conforme dispõe o arts. 28, inciso XII, 29 e 30 da Lei Complementar 284 de 28 de fevereiro de 2005 e tendo em vista o disciplinamento do Decreto nº 3.585, de 07 de outubro de 2005; e considerando a necessidade de maior disciplinamento e organização das séries documentais produzidas e recebidas pelos órgãos da administração Direta, Autarquias e Fundações; considerando o que determina a Lei Federal nº 8.159, de 28.01.91 e a Lei Estadual nº 9.747, de 26.11.94,

RESOLVE:

Orientar os órgãos setoriais e seccionais de Protocolo e Arquivo da Administração Direta, Autarquias e Fundações Estaduais, quanto à observância dos seguintes procedimentos:

Art. 1º Para efeitos desta Instrução Normativa, considera-se:

I - DOCUMENTO:

- textuais, que são os manuscritos, impressos, datilografados ou digitados, independente do suporte (papel, microfilme, micro ficha, disquetes);
- audiovisuais, que são os filmes, fotografias, microfilmes, discos, fitas magnéticas;
- cartográficos, que são os mapas, plantas, atlas, projetos arquitetônicos, e
- iconográficos, que são gravuras, desenhos e cartazes.

II - ARQUIVOS CORRENTES:

São os conjuntos de documentos em curso, ou que mesmo sem movimentação, constituem objetos de consultas freqüentes, cabendo sua administração ao órgão a que estejam vinculados.

III - ARQUIVOS INTERMEDIÁRIOS:

São os conjuntos de documentos procedentes de arquivos correntes, e que aguardam sua destinação final, eliminação ou recolhimento para guarda permanente, por razões legais e de interesse administrativo.

IV - ARQUIVOS PERMANENTES:

São os conjuntos de documentos de valor probatório, informativo e histórico que devem ser preservados por tempo indeterminado.

V - ARQUIVO CENTRAL:

Unidade, vinculada à área administrativa de um órgão público, responsável pelo controle dos documentos acumulados pelos seus diversos setores e pelos procedimentos técnicos a que os documentos devem ser submetidos, podendo o armazenamento ser 247

ou não centralizado.

Como se vê, a legislação nacional e estadual prevê que as escolas, como os demais espaços públicos ou particulares, têm o dever de preservar seus arquivos. Tais arquivos, além de guardarem documentos que provam legalmente muitos fatos, são fontes riquíssimas para a produção da ciência histórica, além de importante fonte de pesquisa no campo da educação como um todo. Como destaca Medeiros (2003 p. 12-13),

os documentos de valor permanente e aqueles considerados de interesse público e social não podem ser desfigurados ou destruídos. Quem destruir ou desfigurar tais documentos fica sujeito à responsabilidade penal, civil e administrativa. A responsabilidade civil diz respeito à indenização, à obrigação de custear restauro e à devolução (caso de desfiguração, ou de destruição parcial). A responsabilidade penal diz respeito à prática de crime de falsificação, em todo ou em parte, e alteração de documento; crime de destruição, supressão ou ocultação de documento público ou particular verdadeiro de que não podia dispor, e crime de extravio, sonegação ou inutilização de livro oficial ou documento de que tem a guarda em razão do cargo. A responsabilidade administrativa diz respeito à punição prevista em legislação administrativa, concernente a servidor público, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. É evidente que todos esses dispositivos legais são aplicáveis aos arquivos escolares.

Além dos dispositivos legais que orientam a preservação dos documentos, estes são fontes de conhecimento histórico que, de certo modo, informam a evolução da história da educação, as formas de governo, a doutrina política, social e econômica. Enfim, é um aparato de informações que foram construídas pelos Homens no tempo, na medida em que são agentes produtores da história. Dessa forma, “as fontes históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, delas que brota, é nelas que se apóia o conhecimento que produzimos a respeito da história” (SAVIANI, 2004, p. 5-6).

As fontes revelam o conhecimento histórico, não por si mesmas, como afirmam os positivistas, mas pela leitura, análise e interpretação do pesquisador. Como afirma Ragazzini (*apud* ORSO, 2004, p.2),

a fonte é uma construção do pesquisador, isto é, um reconhecimento que se constitui em uma denominação e em uma atribuição de sentido; é uma parte da operação historiográfica. Por outro lado, a fonte é o único contato possível com o passado que permite formas de verificação. Está inscrita em uma operação teórica produzida no presente, relacionada a projetos interpretativos que visam confirmar, contestar ou aprofundar o conhecimento histórico acumulado. A fonte provém do passado, é o passado, mas não está mais no passado quando é interrogada. A fonte é uma ponte, um veículo, uma testemunha, um lugar de verificação, um elemento capaz de propiciar conhecimentos acertados sobre o passado.

A partir dessa reflexão é necessário reconhecermos a importância e o valor das fontes primárias, como ponto de partida para o fomento de pesquisas que sistematizem e analisem a história das instituições educacionais e dos sujeitos que construíram essa

história. Nesse caso, não podemos esquecer que o contexto socioeconômico-político interfere na leitura dos documentos pesquisados, portanto, é necessário analisá-los e interpretá-los à luz dessa realidade social, visto que as informações documentais são frutos dos acontecimentos de um determinado momento histórico. Como destaca Le Goff (1996, p. 547), “o documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que a produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continua a viver, talvez esquecido, durante as quais continua a ser manipulado, ainda que pelo silêncio”.

Com base no exposto, percebemos que a história das instituições escolares pode fornecer subsídios preciosos das diferentes fases da história da educação do município de Concórdia, sendo a preservação dos arquivos escolares fundamental para esse empreendimento. Dessa forma, “para a democratização da pesquisa e do conhecimento, para a produção de saberes, os pesquisadores da História de Educação precisam elaborar propostas, exigir o cumprimento do princípio de franqueamento de documentos à consulta, que só poderá ser otimizado com arquivos bem organizados” (MEDEIROS, 2003, p.11). Nesse caso, destaca o autor que a luta pela organização de arquivos escolares, nos municípios, regiões e estados passou a ser tarefa fundamental para viabilizar a História da Educação: não se trata do acesso “permitido” somente a alguns, que tem que organizar, mas acesso garantido a humanidade, de forma adequada.

2 O arquivo da Escola de Educação Básica Professor Mansueto Boff

Ao ter acesso às informações, a partir do levantamento e catalogação das fontes primárias, o historiador terá condições de se dedicar à pesquisa. Ocorre, no entanto, uma grande dificuldade, uma vez que, “no caso de arquivos escolares, a situação é terrível: arquivos centrais ou regionais geralmente são depósitos de documentos que existem apenas graças ao cuidado de alguns funcionários que pressentem a importância dos documentos” (MEDEIROS, 2003, p.11). No primeiro contato com o arquivo de documentos da Escola de Educação Básica Professor Mansueto Boff, percebemos a realidade tal e qual o autor expressou.

Os documentos, objetos desse estudo, estavam depositados em uma sala que mede 2 m por 4 m, rodeada de prateleiras, com um pequeno espaço para circulação no centro e apenas uma janela basculante pequena, sendo mínima a ventilação. O local é insalubre, com poeira e umidade, o que propicia a proliferação de pragas como traças, aranhas e ácaros. Por isso, durante a organização do espaço, usamos máscaras e luvas para evitar qualquer tipo de dano à saúde. Nessas condições os documentos arquivados sofrem todo tipo de agressão, o que põem em risco o patrimônio documental da escola.

Além dos documentos, a pequena sala serve de depósito para diversos materiais e objetos que não tem outro lugar para serem armazenados, tais como: material de limpeza, materiais didáticos e escolares, fardamentos de alunos, caixas vazias, ventilador, mimeógrafo, teclado de computador, botijão de gás, bicicleta, caixa de som, tecidos, peças para decoração, entre outros. Os documentos estavam guardados em caixas de papelão diversas, caixas-box e em muitos pacotes de papel pardo. A identificação era feita na própria caixa ou embrulho, geralmente constando o tipo e o ano dos documentos, escrito com pincel atômico.

Queremos destacar que esta situação não é fruto do descaso da comunidade escolar para com a preservação de seus documentos, mas sim da total falta de condições físicas para a organização adequada do arquivo. A escola, que já passou por várias ampliações, não teve previsto espaço para depósito adequado dos diversos materiais que há na

instituição. Nesse caso, há um esforço dos dirigentes da instituição para, dentro das condições existentes, organizarem os espaços da melhor forma possível.

Frente à realidade constatada, percebemos a necessidade de uma organização geral do arquivo, contudo nos limites das condições permitidas. A partir dessa organização empreendemos o levantamento das fontes, que guardam o cotidiano de professores, alunos, diretores e comunidade escolar, através de documentos administrativos e pedagógicos, em diferentes épocas. Isso porque, a preservação das fontes históricas é de extremo interesse de toda a sociedade, uma vez que constrói meios de democratizar o acesso a estas, permitindo a pesquisa e a sistematização do conhecimento histórico.

Num primeiro momento, após tomar ciência da situação em que se encontrava o arquivo, discutimos com a direção da escola a possibilidade de buscar outros lugares para o esvaziamento e otimização do espaço disponível. Vários objetos foram encaminhados para outros espaços onde ficaram mais bem armazenados.

Após essa primeira triagem, definimos por destinar um lado das prateleiras para as caixas-box em que seriam armazenados os documentos. Nas demais prateleiras, reorganizamos os outros materiais que ali permaneceriam guardados.

A partir disso começamos a identificar o que eram embalagens com documentos. Embalagem por embalagem foi aberta, identificando-se os tipos de documentos e colocando-os, separadamente, no meio de folhas duplas de papel almaço. Cada grupo de documentos separado recebeu a devida identificação escrita a lápis. Os documentos foram organizados por tipo e também em ordem cronológica. Por exemplo: as correspondências recebidas (tipo) foram separadas através das folhas de papel almaço por ano. Ao concluir agrupamos todos os conjuntos de correspondências recebidas em uma ou mais caixas-box. Assim procedemos com toda a documentação.

A medida que identificávamos os grupos de documentos fomos organizando uma listagem do que continha em cada caixa. Posteriormente, foi digitada a identificação padrão e fixada em cada caixa, a fim de localizar com facilidade os documentos. Após a conclusão dessa etapa, revisamos o que cada caixa-box continha, remanejamos quando necessário os documentos e finalizamos agrupando os documentos semelhantes em envelopes, sem contudo retirá-los da divisão já feita através das folhas de papel almaço. A colocação de grupos de documentos em envelopes foi feita para evitar a mistura dos mesmos quando do manejo das caixas. Em cada envelope identificamos, a lápis, o tipo e o ano dos documentos que ele contém.

Os documentos foram organizados de modo a atender certos padrões básicos para a organização dos arquivos escolares, de acordo com normas que possibilitam o acesso de profissionais, pesquisadores e usuários do acervo. Nesse caso adotamos, de acordo com Orso *et.al* (2004), a seguinte classificação para os documentos identificados e organizados no arquivo da escola: documentos oficiais (relatórios, legislação, ofícios, requerimentos, livros ponto, regimentos, atas, etc.); impressos (fotografias, livros, dissertações, teses, jornais, revistas, panfletos, manifestos, etc.); pedagógicos (projetos pedagógicos, material escolar, livros escolares, diários de classe, provas, exames, cadernos dos alunos, atividades pedagógicas, justificativas, bilhetes, recados, etc.). Tivemos o cuidado, para não desmembrarmos as articulações e ligações entre os documentos, para que não percam o sentido. Por exemplo: atas de exame ficaram juntas com amostras de provas e diários. Como resultado, destacamos nas tabelas abaixo os documentos identificados:

Tabela 1: Documentos Oficiais

TIPO DE DOCUMENTO	PERÍODO
Atestados médicos professores	1987 a 1992 1995 a 1998
Bolsistas/estagiários	1994/1996/1998/2000 a 2004
Calendário escolar	1986 a 1993
Controle dos bens permanentes	1986 a 1992
Convênio transporte escolar	1999 a 2000
Correspondências emitidas	1992 a 2000 2003 e 2004
Correspondências recebidas	1991 a 2000, 2003 e 2004
Correspondências Recursos Humanos	1993 a 1999
Documentos da Associação de Pais e Professores Prestação de contas Livros de atas de reuniões	1994 a 2002
Espelho de pagamento	1986 a 1999 2000 a 2004
Faltas injustificadas	1995/1996/1998
Livro de avaliação - conceitos da pré-escola	1988
Livro de inventários (patrimônio)	1978
Livro de matrículas da pré-escola	15.12.1988 a 1997
Livro de matrículas da 1ª a 8ª série	1993 a 1997
Livro de registro das ADs	1986 a 1992/ e 1994
Livro de reuniões pedagógicas	1986 a 2000
Livro ponto da extensão de barra do tigre	22.08.2004 a 12.2004
Livros ponto professores	04.06.1984 a 05.12.1985 04.04.1986 a 21.08.1992 01.06.1993 a 12.12.1997
Livros ponto servidores	17.03.1986 a 04.04.1986 01.02.1992 a 31.03.1993 01.06.1993 a 25.04.1996
Livro protocolo	18.07.1988 a 29.04.1999
Plano de ação	1995/1998
Ponto dos professores	24.08.1992 a 31.05.1993 15.12.1997 a 05.01.2001 01.02.2001 a 29.08.2003 30.08.2003 a 12.11.2004 16.11.2004 a 27.12.2005
Ponto dos servidores	26.04.1996 a 31.01.2006
Regimentos / planejamentos anuais da escola	1987 a 1993/ 1995/ 1997
Relação material permanente	1991
Relatório da merenda escolar	1990 a 1991/1993 a 2002/ e 2005
Relatórios de ponto	1986 a 1992/e 1999
Relatório de visitas	1974/1977/1985 a 1990
Relatório diagnóstico do desempenho funcional	2002
Relatório manutenção - rede física	1996

Tabela 2: Documentos Pedagógicos

TIPO DE DOCUMENTO	PERÍODO
-------------------	---------

Amostra de provas exame Diários de classe: pré-escolar a 4ª série; 5ª série a, b, c; 6ª série a, b, c; 7ª série a, b; 8ª série a, b. Atas de conselho de classe Canhotos de notas 1º, 2º, 3º e 4º bimestre. Atas de exame-canhotos com resultado final	1993
Amostra de provas de exame Atas conselho de classe 4º bimestre Atas exame Atas exame e 2ª época Amostra de provas: PPT, inglês, matemática, ed. artística, história, língua portuguesa, ciências. Diários de classe: pré-escolar a 4ª série; 5ª a, b, c; 6ª a, b, c; 7ª a, b, c; 8ª a,b. Diários avaliação e frequência (espelho).	1994
Amostra de trabalhos de reposição de aulas - vendaval 19, 20,21 e 22 de novembro de 2004: - 1ª a 4ª série - 5ª série: geografia e história. - 6ª série: ed. física, geografia e matemática. - 7ª série: geografia, ciências, ed. física e matemática. - 8ª série: geografia, inglês e matemática. - 1ª série ensino médio: matemática, biologia, química, geografia e filosofia. - 2ª série do ensino médio: história, matemática e sociologia. - 3ª série do ensino médio: biologia.	2004
Atas de exame e amostra de provas: 1ª a 4ª série; 501 502; 601 602; 702; 801 802; 3101 3102.	1998
Atas de exame e 2ª época; amostra de provas: 1ª a 4ª série; 501 502; 601 602; 701 702; 801 802; 101 102 103; 201 202.	1999
Atestados médicos de alunos, bilhetes e advertências.	1999/2005
Autorizações, bilhetes dos uniformes, atestados médicos.	2004
Boletim do professor	2003
Cadastro de alunos	1994 a 1995
Capacitação classe de aceleração	1999
Capacitação curso de diretores	1997
Capacitação levantamento da educação cidadã	2003
Capacitação: material centro de interesse - SUBEN	1990
Capacitação: material de encontros	1989
Capacitação teleconferência	1997 a 1998
Curso de capacitação	1997
Diários de classe 1ª a 8ª série	1986 a 1987
Diários de classe e atas exame: 1ª a 8ª série	1988
Diários de classe: 1ª a 4ª série; 5ª a 8ª série Atas exame	1989
Diários de classe: pré a 4ª série; 501 502; 601 602; 701 702; 801 802; 1ª e 2ª fase: matutino e vespertino; 2ª série: 3201, 3202 e 3203; 3ª série e classe de aceleração	2000
Diários de classe: Pré a 4ª série; Ensino fundamental; Classe de aceleração; Ensino médio.	2001
Exames e atas de exames	2003
Ficha de acompanhamento Atividades pedagógicas – alunos	2000 a 2006
Ficha de alunos anterior	1995
Fichas de avaliação	2000

Material sala de apoio: -relatório dos alunos que apresentam problemas de aprendizagem -atividades -materiais didáticos, textos e atividades. -proposta oficial: “educando com dificuldades de aprendizagem” -fichas de planejamento/observação e acompanhamento	1992
Plano de curso	1991 a 1992/ e 1994
Registro de notas	1988 a 1991
Registro de atas 3ª avaliação – ensino médio - sistema fases	2001
Relatório de notas	1995
Relatório da viagem a Itá: geografia, história, estudos regionais e inglês, turmas: 111,112 e 114	2004

Para a continuidade do trabalho, a metodologia adotada prevê o preenchimento de fichas próprias para a catalogação das fontes. As fichas têm como objetivo a identificação de cada documento e a produção de pequenos resumos, que destaquem os termos básicos para identificação de sua localização e de seu conteúdo. Após, pretendemos digitalizar os principais documentos ou amostras destes para a organização de um banco de dados informatizado. O objetivo será facilitar o acesso aos documentos e preservá-los, no caso do papel, com o tempo, danificar-se.

Reconhecemos as dificuldades vividas pelas escolas públicas, para solucionar o problema da organização do arquivo escolar. O trabalho realizado até então minimizou os problemas, possibilitando uma melhor organização do arquivo, a partir da realidade e condições possíveis neste momento na escola. Entretanto, apesar do esforço de organização empreendido, sabemos que para a guarda definitiva do acervo documental há a necessidade de um local apropriado, que possibilite o acondicionamento e armazenamento com controle de umidade, ventilação, luz, ataques biológicos e outros fatores que degradam o papel e, conseqüentemente, as informações nele contidas. Também, as escolas necessitam de recursos humanos capacitados para, permanentemente, organizar os documentos que são produzidos, bem como fazer a manutenção do arquivo em geral.

Sem dúvida, para o poder público, está colocada na ordem do dia a necessidade de produzir uma política arquivística específica na área educacional. Isso porque é urgente a preservação dos documentos escolares a fim de garantir a possibilidade da escrita da história da educação em nossa região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O arquivo escolar representa uma contribuição de alto valor científico, cultural, social, e está associado a lugares de memória, como a biblioteca e o museu, que nesta soma constituem o centro de documentação escolar (SILVA, 2004). A preservação dos documentos escolares possibilita a busca de informações preciosas das diferentes fases da história da educação do município, do estado e do país. Por isso, o arquivo da escola tem um grande valor científico e cultural, pois conta a história da educação, as relações sociais, as dificuldades e os avanços da instituição escolar.

É importante ressaltar que o pesquisador de História da Educação necessita de documentos devidamente organizados por pessoas que conheçam os procedimentos técnicos e os materiais adequados para esta finalidade. Só assim, os documentos serão catalogados e conservados obedecendo aos padrões e normas técnicas adequadas.

O município de Concórdia, ao longo de sua história, não organizou um arquivo público que cumprisse o papel de guardião do seu patrimônio histórico. Por isso, hoje

os pesquisadores, especialmente os historiadores, se deparam com grandes dificuldades na produção de suas pesquisas, o que os leva a necessidade de empreender todo um trabalho inicial de localização e organização de fontes, para posteriormente analisar o objeto pretendido.

É essa a realidade em que se encontram as fontes para a história da educação de Concórdia. Não há uma proposta em nível de município, da rede estadual de educação e muito menos nas instituições escolares, no sentido de selecionar, organizar e sistematizar as fontes para a reconstrução da história. Isso se constitui em um problema muito grave, que ultrapassa o tempo presente, pois deixa lacunas na preservação e sistematização da história para as atuais e futuras gerações. Um povo que desconhece sua história é um povo sem identidade! Assim, podemos afirmar que a realidade da escola pesquisada pode ser praticamente, generalizada às demais, uma vez que as condições de todas são muito semelhantes. Os arquivos escolares estão, de certo modo, excluídos da escola!

Evidenciamos com a pesquisa, infelizmente, a falta de política arquivística na área educacional; de pessoal disponível e capacitado que domine o conhecimento de procedimentos práticos e rotineiros de arquivamento, tratamento, descrição e acesso aos documentos; de local próprio e adequado para guardar o acervo (espaço, condições climáticas, ventilação, etc); material de expediente necessário para a organização (envelopes, caixas-box, etc.) (SILVA, 2004).

Frente a essa realidade, faz-se necessário a criação de políticas públicas no intuito de organizar os arquivos escolares, preservando os documentos no seu local de origem, bem como buscar meios para disponibilizar um banco de dados com as informações essenciais do mesmo. Outra possibilidade é a digitalização dos documentos, de forma a facilitar a localização dos mesmos pelos pesquisadores interessados e pela sociedade em geral. Isso dará visibilidade às fontes históricas que, na maioria das unidades escolares, encontram-se escondidas e entregues “aos ratos” nos espaços precários destinados a seu armazenamento.

O acervo organizado na escola pesquisada, com toda a certeza, será de grande valia para os pesquisadores que buscam sistematizar a história da educação, entender as políticas públicas para a educação, compreender os aspectos pedagógicos do processo ensino-aprendizagem, entre outros. Sendo assim, resta aos pesquisadores ler o que a história escreveu.

Vale destacar que a comunidade escolar mostrou-se engajada no projeto que terá continuidade com a sistematização da história da escola, que completa 50 anos em 2008. Para os pesquisadores, se por um lado o trabalho constituiu-se em um grande desafio, por outro foi um momento ímpar de aprendizagem e tomada de consciência do grande papel que está posto ao historiador: lutar por condições de pesquisa e preservação do acervo documental de nossa região, no caso, em especial, do acervo documental dos arquivos escolares.

REFERÊNCIAS

DALAROSA, Adair Ângelo. Ciência, pesquisa e metodologia na universidade. *In.*: LOMBARDI, José Claudinei (org.). **Pesquisa em Educação**. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR; Caçador: UnC, 1999.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

LIMA, Manolita Correia. **Monografia:** a engenharia da produção acadêmica. São Paulo: Saraiva, 2004.

MEDEIROS, Ruy. Arquivos escolares: breve introdução a seu conhecimento. In: **SIMPÓSIO DO MUSEU PEDAGÓGICO**, 3, 2003, Bahia. Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br>>. Acesso em: 29 jul. 2005.

NOSELLA, Pólo; BUFFA, Ester. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. **Eccos – Revista Científica**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 351-358, jul./dez. 2005.

ORSO, Paulino et. al. A importância do levantamento e da catalogação de fontes para a história da educação brasileira: um relato preliminar do trabalho realizado em Cascavel – PR. In: **Anais da IV Jornada do HISTEDBR – História Sociedade e Educação no Brasil: História e historiografia da educação**. Ponta Grossa: UEPG, 2004.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a História da educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). **Fontes, História e Historiografia da educação**. Campinas: Autores Associados/HISTEDBR, 2004. p. 3-12.

_____. História da escola pública no Brasil: questões para pesquisa. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.). **A escola pública no Brasil: história e historiografia**. Campinas: Autores Associados/HISTEDBR, 2005. p. 1- 30.

SANTA CATARINA. Instrução normativa N. 01/2006/SEA. Disponível em: <http://www.sea.sc.gov.br>. Acesso em: 29 mar. 2007.

SILVA, Eva Cristina Leite da. O arquivo escolar: fontes para o estudo da educação. In: **Anais III Congresso Brasileiro de História da Educação: a educação escolar em perspectiva histórica**. Curitiba: SBHE, PUCPR, 2004.

ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos 1980**. Campinas: Autores Associados; Brasília: Ed. Plano, 2004.

Recebido em: agosto/2007

Aprovado em: setembro/2007

¹ Artigo produzido a partir de pesquisa financiada pelo Fundo de Apoio a Pesquisa – FAP/2006 da Universidade do Contestado – UnC.

² Acadêmica da 5ª fase do curso de História da Universidade do Contestado – Concórdia.

³ Professora da UnC – Concórdia, Mestre em Educação pela UnC/UNICAMP e doutoranda em História e Filosofia da Educação na UNICAMP.